

Editorial

Seis meses depois do mais recente número de *Marx e o Marxismo*, novamente a questão climática precisa ocupar nosso editorial. A catástrofe que assolou o Rio Grande do Sul em maio é uma confluência de três fatores principais.

Em primeiro lugar, o El Niño formado em 2023 e que agora começa a dissipar-se. Muitos cientistas atribuíram o comportamento anômalo dos principais indicadores climáticos desde então a este fenômeno. Embora o debate em torno dos padrões excepcionais de 2023 ainda esteja em aberto, o aumento significativo da precipitação pluviométrica na região Sul do Brasil é um dos efeitos mais conhecidos do aquecimento atípico do Pacífico equatorial.

Em segundo lugar, a tendência de fundo de aquecimento global e mudanças climáticas. Por um lado, a elevação da temperatura média do planeta (solo, oceanos, atmosfera) aumenta a capacidade da atmosfera de reter vapor d'água, fazendo com que as chuvas venham a ser mais intensas. Por outro, as mudanças na circulação atmosférica têm multiplicado a ocorrência de bloqueios que eventualmente prolongam a duração de eventos meteorológicos extremos e impedem o seu deslocamento para outras regiões, potencializando, portanto, seu impacto destrutivo.

Por fim, a crônica negligência do poder público com medidas de preparação e adaptação a eventos previsíveis (e frequentemente *previstos*). Diante de grandes tragédias socioecológicas, faz parte do *script* de prefeitos, governadores e presidentes afetar uma consternada surpresa com o desvio supostamente imprevisível de uma suposta normalidade ambiental. Naturalmente, esse é um estratagema cada vez mais frágil, já que o Brasil conta com sistemas de monitoramento e alerta de eventos meteorológicos e uma fração crescente da população sabe que os governantes não podem¹ desconhecê-los.

Tais sistemas permitem prever com considerável precisão a ocorrência, intensidade e abrangência de chuvas, ventos, temperaturas extremas e até riscos de deslizamentos de encostas. Isso, porém, não é tudo. Levando em conta os padrões de aquecimento global e o El Niño, desde meados de 2023 já era possível antecipar a urgência de medidas de preparação e adaptação para 2024. Ninguém poderia afirmar tão precocemente que essa chuva cairia em maio no Rio Grande do Sul, mas era possível assegurar o *risco* bastante palpável desse e outros eventos extremos.

Se esse é o caso, a crônica negligência do poder público não pode ser atribuída a desconhecimento das transformações ecológicas em curso ou a uma incapacidade de antever alguns de seus mais graves desdobramentos. Trata-se, sem sombra de dúvidas,

¹ Tanto no sentido de não ser possível quanto no de não ser admissível.

de uma negligência consciente. Isto posto, duas hipóteses fortes devem ser levantadas para explicá-la. A primeira é que medidas de preparação frequentemente entram em inconciliável choque com o movimento do capital. Evacuações preventivas perturbam o comércio, desocupações permanentes de áreas aniquilam valores de imóveis e do solo urbano, a manutenção e mobilização de estoques públicos de alimentos e água mina a capacidade de obter ganhos extraordinários especulando com a escassez repentina etc.

É verdade que haveria oportunidades lucrativas para o capital explorar num eventual esforço de preparação e adaptação conduzido pelo Estado e que há prejuízos consideráveis em meio à destruição. Contudo, e essa é a segunda hipótese, a destruição multiplica de maneira muito mais intensa e volumosa as oportunidades de ganho privado. Por um lado, até economistas insuspeitos de serem subversivos sustentam há décadas que processos materialmente destrutivos (como as guerras) são capazes de reativar demanda e, em seu rastro, a acumulação de capital. Por outro lado, os esforços de reconstrução costumam vir acompanhados de avalanches de recursos públicos que fluem com critérios e exigências burocráticas relaxadas, criando condições ideais não apenas para a acumulação de capital, mas também de fortunas pessoais ilícitas. Até a socialização dos prejuízos encontra resistência consideravelmente menor nessas condições.

Levando em conta apenas esses três determinantes, especialmente o segundo e o terceiro, é preciso reconhecer com franqueza três verdades duríssimas: não vai passar, não vai parar, vai piorar.

Não vai passar. Catástrofes não são uma novidade para a espécie humana. Tragédias de origens naturais, sociais, econômicas, geopolíticas e até cósmicas povoam nossa história. Aprendemos que elas podem vir e nos derrubar, mas também aprendemos que sempre nos reerguemos. Não demora muito e, em meio a um cataclisma qualquer, as atenções se voltam aos esforços de conceber e executar a reconstrução. Há inegáveis virtudes nisso, porém a ideia de reconstrução traz a reboque uma noção de retorno à normalidade anterior. Para Porto Alegre, isso foi possível após a chuva de 1941. Para o Rio Grande do Sul, não será possível após as chuvas de 2024. Não demorará outros 80 anos para que algo semelhante se repita, ali e alhures. Outros eventos meteorológicos extremos virão, em intervalos de tempo cada vez menores.

Não vai parar. Desde a pandemia de COVID-19, a ideia de um “novo normal” passou a integrar o vocabulário do senso comum. Quanto se trata de mudanças climáticas, no entanto, é inadequado falar de um “novo normal”. Não haverá um trânsito a um estado de coisas pior que o atual, porém estável. A marca do tempo presente é, desde já, a instabilidade e a piora progressiva. E a marca do futuro previsível é de uma natureza cada vez mais hostil e um planeta cada vez mais convulsivo, tanto no sentido ambiental quanto no social.

Por isso, *vai piorar.* Os impactos do aquecimento crescem mais que proporcionalmente à elevação da temperatura. Mesmo no improvável caso de limitarmos o aquecimento a 2°C acima do período base (1850-1900) – e mesmo admitindo a hipótese de uma plena ruptura revolucionária com a sociedade capitalista –, o caminho até lá é de

agravamento *acelerado* das condições climáticas/ecológicas do planeta. Em outras palavras, mesmo no caso de maior êxito, tanto das metas preconizadas pela ciência e pela ordem política vigente, quanto das mais elevadas ambições dos comunistas, ainda estaríamos confrontados com desafios *crecientes* à nossa capacidade de adaptação.

Em meio a esta crise (e todas as que a sucederão), é imperativo, portanto, compreender os limites objetivos para a ação efetiva do Estado. Para isso, não precisamos recorrer a concepções vulgares do Estado como mero executor linear da lógica do capital ou, pior, dos interesses da burguesia. Basta perceber que linhas de ação que impliquem inviabilizar por completo a reprodução do capital estão fora do seu alcance. É precisamente esse hiato intransponível entre o necessário (para a humanidade) e o possível (para o Estado) que está posto desde já. E quanto mais avança o agravamento das condições ecológicas globais, mais claramente o curso de ação exigido envolve recuos monumentais e persistentes de escala, escopo e velocidade da interação metabólica entre humanidade e natureza, o exato oposto dos padrões que o capital precisa garantir para sobreviver.

Assim sendo, é também imperativo extrair ao máximo lições das experiências observadas e vividas de auto-organização. Neste episódio recente, ficou novamente evidente uma crítica cínica dirigida ao Estado pela extrema direita e até uma exortação à auto-organização (nada mais que um disfarce para a defesa do puro protagonismo individualista). O contraponto a isso não pode ser a defesa (nem mesmo uma defesa constrangida/tática) do protagonismo do Estado. A ideia de que algo muito melhor do que foi feito poderia ter sido feito – de que políticas públicas melhores poderiam ter sido elaboradas, que políticas existentes poderiam ter sido adequadamente implementadas, que mais orçamento poderia ter sido destinado ou executado, que os alertas poderiam ter sido levados a sério – é sedutora, porém falaciosa. Ela nos leva a entreter a noção de que um capitalismo melhor que esse seria ainda possível, no mundo e/ou aqui. Não é. Essa realidade catastrófica é o melhor que esse capitalismo senil tem a oferecer.

Em suma, é também imperativo extrair dos aprendizados daquelas experiências de auto-organização caminhos para a constituição de um poder popular paralelo, com capacidade de navegar a proliferação de urgências e de, enfim, ser catalisador e bússola da superação da sociedade do capital.

Esta edição da *Revista Marx e o Marxismo – Revista do NIEP-Marx* é aberta com o artigo “Marx e Espinosa”, texto de Alex Callinicos que consolida um extenso trabalho de pesquisa sobre o tema. Sua tese principal é a de que a partir de uma interpretação imanente seria possível conciliar as ideias de ambos os autores. Para isso, Callinicos nega que exista uma oposição entre Hegel e Espinosa e explora conexões entre este último e Marx. No entanto, Marx iria além de Espinosa ao apresentar uma perspectiva crítica sobre a sociedade capitalista.

Em seguida temos a tradução do artigo do historiador britânico Chris Wickham, “How did the feudal economy works? The economic logic of medieval societies”.

[“Como funcionava a economia feudal? A lógica econômica das sociedades medievais.”] No texto, o autor propõe uma compreensão da lógica interna da economia feudal a partir do controle direto da produção por parte dos camponeses.

Já em “Memórias e histórias da ditadura em tempos de neofascismo bolsonarista”, Marcelo Badaró Mattos apresenta uma caracterização do fenômeno político do bolsonarismo através de uma análise dos discursos da cúpula das forças armadas, ao mesmo tempo que identifica elementos dessa perspectiva na visão de historiadores não necessariamente ligados à direita.

No artigo “A relação entre Rosa Luxemburgo e a União Geral Operária Judaica da Lituânia, Polônia e Rússia (1897-1903)”, Antônio Mota Filho analisa a relação entre essas duas organizações, sobretudo da principal dirigente da social-democracia polonesa, Rosa Luxemburgo, com o partido judeu, entre o período de 1897 a 1903.

Em seguida, no artigo “As ocupações fabris controladas por operários em Joinville, SC (2002–2007)”, Francisco Lino de Aviz Neto, Mariluci Neis Carelli e Daniela Pistorello, apresentam uma análise da cobertura jornalística sobre o controle operário nas fábricas da Cipla e Interfibra em Joinville, entre 2002 e 2007. No texto, destacam o apagamento da memória das ocupações fabris no principal polo industrial de Santa Catarina.

No trabalho “A reforma do ensino médio e a crítica marxista: uma reflexão acerca da ideologia”, Frederico Baptista se vale do conceito de ideologia para fazer uma análise crítica a essa reforma. O autor destaca que este papel ideológico pretende atender à demanda por força de trabalho precarizada.

Fechando a seção de artigos temos “O capitalismo dependente e a particularidade do Estado na América Latina”, texto de Maicon Cláudio da Silva que apresenta uma discussão sobre a particularidade do Estado na América Latina partindo de elementos fundamentais da crítica da economia política, como a relação entre a forma valor e o mercado. Segundo o autor, tal particularidade se consumaria na forma dependente assumida pelo Estado nas formações sociais latino-americanas.

Na seção Notas Críticas, trazemos duas resenhas críticas. A primeira é a tradução de uma resenha inédita de György Lukács sobre a obra de Alfred Baümler, filósofo associado ao Reich, intitulada “A filosofia do militarismo fascista”. A segunda é “Relevância histórica da maquinização do direito para a crítica jurídica”, resenha da obra “La maquinización del Derecho. Elementos para una crítica del fetichismo jurídico tecnológico”, de Raymundo Espinoza Hernández. O autor da resenha é de Carlos Jesús Magaña Iñiguez.

Fechando este número, na seção Luta e Memória, temos “La Escuelita zapatista, dez anos depois”, que traz o relato de Ana Lília Felix Pichardo sobre sua experiência como facilitadora de ensino e de formação política nos caracóis zapatistas.

Esta edição contou com apoio da Capes Proex do Programa de Pós-graduação de Economia da Universidade Federal Fluminense.